

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM
GOIANO *de*
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 22 - N.º 1 - JAN./ JUN. 2002

AS ESPACIALIDADES DO MORAR: CONFORTO, INTIMIDADE E PRIVACIDADE ENTRE OS POBRES DE BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL

Marília Luíza Peluso¹

1. A casa e seus múltiplos espaços/territórios

As relações que a população de baixa renda estabelece com a escala espacial que a envolve diretamente, a casa, devem ser entendidas como uma maneira de dar sentido e significado aos lugares e às pessoas, dentro de um contexto de pobreza, de carência e de exclusão. Situados nos domínios conhecidos do aluguel e da invasão, como os habitantes de uma cidade de periferia representam a casa, conotada burguesamente como “lar”? Para eles, as palavras de Moscovici (1978, p. 82) são muito verdadeiras: “o próprio objeto não é diferenciado de sua causa, que se converte numa qualidade e num componente daquele. O próprio objeto não é julgado em função de um critério de ordem geral, mas sim na relação que mantém com ele”.

Nesse nível de relação, em que o objeto é causa de alguma coisa, o sujeito elabora a “casa própria” como um lugar ideal separado do mundo, conotado apenas ao ambiente familiar. Situado na confluência da tensão casa-Eu, o sujeito constrói “imagens-modelo” (JODELET, 1985, p. 479) do morar, nas quais investe afeto. Integram-se territórios que se desdobram em várias esferas simbólicas corporificadas em um lugar, o “refúgio”, sobre o qual escreve Bachelard:

Assim, o bem-estar devolve-nos à primitividade do refúgio. Fisicamente, o ser que acolhe o sentimento de refúgio fecha-se sobre si mesmo, retira-se, recolhe-se, esconde-se, entoca-se. Procurando nas riquezas do vocabulário todos os verbos que exprimissem todos os dinamismos do retiro, encontraríamos imagens de movimento animal, dos

¹ Doutora em Psicologia Social; professora do Mestrado em Geografia, do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Área de concentração em Gestão Ambiental e Territorial. E-mail: marilialp@cabonet.com.br. Versão desse trabalho apresentado no congresso do IAPS 16, Metropolis 2000, Paris, julho de 2000 e publicado nos Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, maio/jun. de 2001.

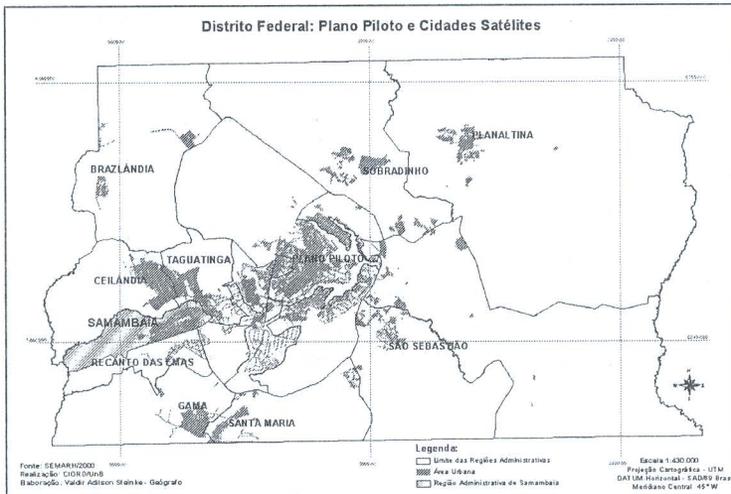
PELUSO, Marília Luíza. *As espacialidades do morar: conforto, intimidade e privacidade entre os pobres de Brasília/Distrito Federal*. Boletim Goiano de Geografia. 22 (1): 23-41. jan./jun. 2002.

movimentos do encolher-se que estão gravados nos músculos (BACHELARD, 1989. p. 4).

O “sentir-se em casa”, em seu “lar”, fornece a função protetora e acolhedora do ninho, continua Bachelard (1989), que permite ao sujeito, como ressalta Figueiredo (1994, p. 8), edificar sua própria morada com relativa independência. O “sentir-se em casa” revela-se na intimidade, no conforto e na privacidade que constroem, quase como qualidades autônomas, espacialidades muito especiais e cotidianas que fazem da moradia o centro, por intermédio do qual o sujeito dialoga com o mundo.

As espacialidades construídas mostram-se de caráter social e a integração dos territórios do dentro da casa e do fora da casa, do indivíduo e do mundo, é convencionalizada e imposta a partir dos grupos sociais dominantes sobre a vivência individual dos grupos dominados.

O processo de produção de significados e de sentidos das espacialidades do morar entre populações de baixa renda vai-se esclarecendo com os resultados de pesquisa² realizada em Samambaia, uma das cidades-satélites de Brasília (Mapa a seguir). Procurou-se, utilizando análise de



² A pesquisa foi realizada para a elaboração de minha tese de doutorado, intitulada *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano*. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF.

discurso, isolar os códigos de sentido do conforto, da intimidade e da privacidade na relação de populações de baixa renda com sua casa.

Para compreender essa relação, serão destacados dois aspectos das representações sociais, noção desenvolvida primeiramente por Serge Moscovici, em seu livro fundador *As representações sociais da Psicanálise*. Primeiro, a função prescritiva das representações sociais: elas convencionalizam objetos, pessoas e acontecimentos, dão-lhes forma definitiva, localizam-nos em uma categoria e, gradualmente, estabelecem um modelo de certo tipo e partilhado por um grupo de pessoas. Todo novo elemento adere a esse modelo e se funde com ele. Segundo, as representações sociais impõem-se como estruturas presentes antes que o indivíduo comece a pensar e como uma tradição que decreta o que ele deve pensar (MOSCOVICI, 1984, p. 9). Dessa maneira, estruturam-se núcleos de pensamento, constituídos sobre conteúdos socialmente estruturados, que dirigem o pensamento e a ação dos moradores de baixa renda.

Os pressupostos norteadores da busca dos núcleos de sentido se desenvolvem a partir desses dois aspectos. Assim, as representações da casa, do lar, estruturaram-se em um longo processo histórico, no qual a maneira dominante de morar tornou-se a maneira adequada de morar. Esse núcleo estruturante, por sua vez, convencionalizou o que deve ser uma casa, quais os sentimentos que o sujeito morador deve sentir em relação a ela e qual o modelo ideal de morar. Dentro desse contexto emergem os códigos de conforto, intimidade e privacidade, inicialmente entre a burguesia urbana e depois para toda a sociedade.

Para verificar, então, como os moradores de Samambaia percebem suas residências, como buscam aproximar-se dos códigos burgueses do morar bem e desvendar seus sentimentos em relação a eles, vai-se, em um primeiro momento, mostrar a inserção da cidade-satélite na questão habitacional do Distrito Federal (DF); em um segundo momento será apresentada a metodologia de pesquisa; em um terceiro, a historicidade do modelo da casa própria e, no quarto, analisar os discursos dos moradores de Samambaia.

2. A organização territorial do Distrito Federal e a criação das cidades-satélites

A idéia de que Brasília seria uma cidade político-administrativa, dedicada tranqüilamente ao exercício do poder, levou à restrição de terras para habitação, em um contexto que o governo é dono das terras e do poder de distribuí-las³. A atuação das políticas públicas destinadas a providenciar moradia para a população de baixa renda seguiu sempre uma linha de primeiro deixar aparecer o problema para depois dar uma resposta, ou seja, quando as reivindicações por terra não podiam mais ser contidas, dava-se início a um programa destinado a satisfazê-las. Forma-se, então, logo no início da construção da Capital Federal, uma massa de pessoas sem ter onde habitar, um “sujeito sem moradia”, alojado precariamente em acampamentos de obras e invasões.

As soluções colocadas em prática seguiram o padrão modernista de cidades-satélites, bem diferentes, porém, das imaginadas por Taylor e Howard, em fins do século XIX. Estas cidades seriam pequenas, intensamente arborizadas, oferecendo emprego para seus moradores, apesar de serem satélites de outra cidade maior. Em Brasília, transformaram-se em periferias empobrecidas e cidades-dormitório⁴. Assim, nasceram Taguatinga, em 1958; Gama e Sobradinho, em 1960; Guará, em 1966. Duas pequenas cidades de Goiás, Brazlândia e Planaltina, que permaneceram dentro do quadrilátero do DF, receberam igualmente o *status* de cidades-satélites e grande número de migrantes pobres em assentamentos sem infra-estrutura. Finalmente, com Ceilândia, em 1971, fecha-se o primeiro grande ciclo de organização territorial do DF, com a consolidação de Brasília como cidade polinucleada, com o Plano Piloto como centro e as cidades-satélites como periferias.

³ Em 1956 constituiu-se a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP – à qual foi atribuída a execução das obras de interesse da cidade, tais como planejamento e serviços de todo tipo, venda, permuta, desapropriação de imóveis. Enfim, o órgão gestor por excelência dos primeiros anos de Brasília.

⁴ A maior e mais antiga das cidades-satélites, Taguatinga, com 250.000 habitantes, começa a esboçar uma vida autônoma, com empregos para sua população, inclusive de moradores de outras cidades-satélites. Entretanto, como regra geral, são cidades-dormitório.

Todas as cidades-satélites apresentaram enorme crescimento populacional. Em 1970, Taguatinga contava com 109.383 habitantes; Gama, 74.585 habitantes; Sobradinho, 39.982; Guará, 27.147; Brazlândia, 9.910; Planaltina, 19.349; Ceilândia, já em seu começo, abrigava 85.263 moradores. Na década de 1970, os governantes começaram a perceber Brasília como uma cidade que crescia demasiado e rapidamente. Avaliou-se que a oferta de moradias era um grande incentivo às migrações e a construção de moradias populares ficou suspensa, assim como a oferta de lotes, e os sujeitos sem moradia aumentaram muito. Nos anos de 1980/81, cerca de 30% da população do DF morava em imóveis alugados ou cedidos, ou seja, cerca de 350.000 pessoas, enquanto cerca de 90.000 encontravam-se em invasões e em remanescentes de acampamentos (OLIVEIRA, 1983, p. 121).

Frente a esse quadro, as associações de moradores movimentavam-se ativamente demandando habitação, as invasões se multiplicavam e as invasões antigas aumentavam constantemente, gerando um clima de tensão, de ocupação de terras, de retirada de invasores. Em 1984, na solução de cidades-satélites para resolver o problema de habitação, criou-se a cidade-satélite de Samambaia, localizada a 35 km do Plano Piloto, com uma população prevista de 340.000 habitantes. Planejada com refinamento de desenho urbano – vias de circulação, paisagismo, amenidades e serviços – seria um núcleo urbano auto-suficiente, lugar de moradia e trabalho para pessoas com diversos níveis de renda.

Era idéia do Governo do Distrito Federal (GDF) vender os lotes aos poucos, esperar a valorização e, com a venda da terra, implantar as infra-estruturas e serviços necessários. Havia interesse, dessa maneira, em que a ocupação se fizesse sem tanta pressa, tanto que, só em meados de 1985, Samambaia recebeu seus primeiros habitantes.

Alvo de várias invasões e retiradas de invasores, a cidade-satélite, em 1989, foi rapidamente ocupada por ex-invasores e ex-inquilinos, com o Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do Distrito Federal, o último grande movimento de remoção e reassentamento de moradores empobrecidos do DF. Em 1991, Samambaia contava com 126.383 habitantes.

Nessa cidade-satélite, já com 140.870 habitantes em 1995, realizou-se a pesquisa, da qual serão apresentadas algumas conclusões. Utilizado o método de entrevistas abertas, obteve-se 43 entrevistas, suporte para o

discurso de 45 sujeitos, 7 homens e 38 mulheres. Com esse grupo de respondentes se procurou desvendar o universo simbólico mobilizado pela casa própria em Samambaia, entre moradores que durante décadas ansiavam por um lar. Muitos dos contemplados com um lote ou uma casa terminaram por vendê-las ou alugá-las e, dessa maneira, entre os entrevistados encontram-se também inquilinos e os chamados “compradores”, que adquiriram as residências dos primeiros assentados.

Todos apresentam-se como “sujeitos” de um mundo dinâmico e cambiante. A escolha por essa denominação corresponde a um tipo de preocupação que procura localizar o indivíduo no conjunto de relações sociais. A noção de sujeito é fluida, como Sader (1995, p. 50) muito bem coloca. Fluidas, inclusive, são as possibilidades de independência do indivíduo. Se, por um lado, pressupõe a autodeterminação, o sujeito da enunciação, aquele que fala, por outro lado, como Sader também ressalta, a noção pressupõe a sujeição do indivíduo. Nesse sentido “indivíduo” e “sujeito” podem ser considerados como sinônimos. Veyne (1988, p. 9) sugere que os dois termos possam ser intercambiados, quando escreve: “entende-se, aqui, por indivíduo um sujeito, um ser ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si”. Mas introduz a submissão na noção de sujeito, ao posicioná-lo como súdito, “sujeito de um rei”. Separa, assim, o sentido filosófico da palavra, centrado no “ser”, do sentido político, centrado na ação. Em Adorno e Horkheimer (1991), encontramos a sujeição do indivíduo. A luta do indivíduo para emancipar-se e formar um “Eu”, consubstanciado no mito de Ulisses e das sereias, transforma-se, no sistema capitalista, na completa sujeição dos homens, em sua naturalização. Deve-se ter em mente essa dubiedade, em que ora o indivíduo é sujeito, ora é assujeitado, é de grande importância compreender o sentido das falas dos entrevistados e que estará sempre presente nos discursos.

Considerando que a linguagem e sua apropriação não são individuais, mas sociais, assim com os sentidos produzidos (VERON, 1980; ORLANDI, 1988), a proposta da análise do discurso dos moradores de Samambaia consistiu em dispor suas narrativas de maneira a chegar ao sentido e significado do conforto, intimidade e privacidade. Ou seja, desenrolar, como escreve Barthes (1988, p. 77-78), “os códigos múltiplos e simultâneos” de que se constituem a linguagem dos pesquisados para que se tornem presentes as estruturas ausentes, se distinga o significativo do insignificante, se

precisem os planos, os personagens, a simultaneidade e a possibilidade dos sentidos. Pretende-se isolar conjuntos de códigos, mostrar seus caminhos, transformações e mobilizações, como se assemelham ou diferenciam, isolar os vários sentidos, verificar como a sociedade se mostra na fala dos sujeitos e como estes são mostrados na e pela sociedade. Atravessar a “caixa preta” dos sujeitos que a fala da sociedade perpassa.

3. Os núcleos estruturados do conforto, da intimidade e da privacidade

Como conteúdos socialmente estruturados, conforto, privacidade e intimidade surgem com a urbanização acelerada e com a separação entre os lugares de moradia e trabalho. A partir dos séculos XV e XVI os burgueses tenderam a reservar a casa para residência, que se identificou com a vida familiar (RYBCZNSKI, 1996, p. 51). Ariès (1981, p. 202) mostra que, ligado à nova casa apareceu também o sentimento da família burguesa voltada para a intimidade da vida privada, na qual o conforto passou a ser designado como “um atributo próprio do interior de suas casas” (RYBCZYNSKI, 1996, p. 35-36). Intimidade e privacidade doméstica nas casas burguesas se desenvolveram como uma reação involuntária e inconsciente às mudanças na vida urbana, conturbada com as transformações na ordem da cidade trazida pela Revolução Industrial (RYBCZNSKI, 1996, p. 63). Seguindo por caminhos difíceis de precisar, as grandes invenções burguesas do conforto, da privacidade e da intimidade tornaram-se as formas convenientes de morar em família.

Introduzido entre a população pobre, o conforto atuou como “uma disciplina suave e sedutora”, capaz de produzir mudanças em hábitos e comportamentos (CARPENTÉRIO, 1997, p. 26). No Brasil, a partir da década de 1930, o governo assumiu a construção de casa populares, disseminando o ideal da casa própria como modelo de moradia adequada. A oferta de habitação, entretanto, sempre ficou muito abaixo da demanda e criou-se nos pobres a tensão entre o desejo e a necessidade de uma casa “própria” e a dificuldade, senão a impossibilidade, de obter uma habitação digna. Junto aos empregos precários – próprio dos países concentradores de renda e de grande desigualdade social – os elementos de exclusão social, pobreza e desamparo fundem-se ao modelo convencionalizado de morar em uma casa própria. Além de evitar aluguel, grande redutor da renda doméstica, tem-se proteção nos momentos de desemprego e certeza de um

teto protetor nas adversidades da vida. Não se trata apenas do objeto “casa”, mas o adjetivo “própria” faz toda a diferença. É isso que transforma o objeto “casa” em um lar.

Moldados, assim, por práticas e ideologias anteriores que deram significado à casa própria, a população de baixa renda se relaciona com os atributos do interior de suas moradias – conforto, intimidade, afastamento do mundo, consciência das necessidades do **Eu** –, integrando-os a uma rede de significações, com a qual lhes atribui as mais diversas funcionalidades. Entre os mais pobres e destituídos, os atributos burgueses aparecem como uma falta que não foi preenchida e que talvez jamais o seja. Entre os de renda mais elevada, as invenções burguesas aparecem como uma coisa que foi alcançada para ser vivida como diferença daqueles que não as possuem. Os respondentes de Samambaia não fogem à regra e é com eles que se vai verificar a passagem do geral para o particular.

4. O confronto entre o modelo idealizado e a realidade vivida

Internalizados os núcleos de sentido da casa própria, os pobres de Samambaia também consideram suas casas confortáveis e propícias para a vida privada e a elaboram como um lugar ideal separado do mundo, conotado apenas ao ambiente familiar. Constroem “imagens-modelo” (JODELET, 1985, p. 479) do morar, nas quais investem afeto, como uma reação inconsciente às adversidades de sua vida cotidiana. As respostas à pergunta “Qual o aposento mais importante da casa” revela, na fala dos entrevistados, os códigos de intimidade e de privacidade e a relação com o fora da casa que perpassa cada um dos ambientes domésticos. Os discursos revelam a contradição entre a internalização dos valores socialmente dominantes e a possibilidade de sua realização pela população pobre da periferia de Brasília e as espacialidades estão dentro de uma avaliação do conjunto do lar/residência.

Na pergunta “Qual o aposento mais importante da casa”, surge com intensidade a importância do conforto, da intimidade e da privacidade. O quarto é a esfera mais significativa, pois é o lugar da intimidade, representada como um afastar-se dos outros e um aproximar-se de alguém, em uma vivência que pertence só ao sujeito, em um ninho que se partilha com outrem, um ambiente separado e que dá o sentido de viver plenamente. O quarto é um lugar por excelência do Eu, como fala essa respondente:

Para mim, ah! Eu vou falar que é tudo. Meu quarto. Porque lá que eu vivo, que eu durmo. Eu vivo minha casa inteira, mas tenho meu quarto, meu marido, né?

A sala é o lugar do convívio. DA MATTA (1991, p. 58) reporta-se a essa divisão entre a casa e o mundo que é a sala de visitas. Aqui tem lugar o ritual de abrir o espaço de intimidade para um estranho. Enquanto a visita não chega, o morador se apropria dela e ali permanece, simplesmente à espera, doméstico e cotidiano, preservando os outros aposentos para suas tarefas específicas. A sala deve ser mantida para as prováveis visitas. Ela é o centro social, em oposição aos outros lugares da casa, destinados ao uso diário, que os desordenam nas múltiplas atividades do dia-a-dia. Por isso, a sala é o lugar da ordem, onde o mundo de fora impõe ao mundo de dentro, como diz essa moradora de Samambaia:

Gosto da sala porque ela é tão arrumadinha e os outros lugares são tão bagunçados.

Para o inquilino de fundos-de-lote, a dimensão da sala é outra. Apertados em um quarto e sala, no qual mal cabem o velho sofá e a geladeira, importa somente a reduzida dimensão física da sociabilidade, na qual se propõe a adaptação do mundo de fora ao mundo de dentro.

É, o que vai é a sala, né? Que é maiorzinha. Que dá, se quiser, receber alguém. Só o que tem mesmo.

A cozinha é o lugar do trabalho da mulher doméstica e da reprodução física dos seres da casa. A cozinha é, também, o lugar da reprodução emocional da família que, com os baixos salários dos pobres, talvez figure apenas como uma possibilidade, mas nela são propostas as coisas boas que satisfazem o desejo:

Acho que é a cozinha. Porque é ali que a gente trabalha a maior parte do tempo, onde eu faço o alimento dos meus filhos, da família inteira. É onde se faz as coisas que a gente gosta, comidas, coisas boas...

O banheiro é o lugar civilizatório que, por associação, leva ao início do processo reprodutor da vida civilizada, da qual a moradora se considera excluída.

O que é mais importante numa casa é um banheiro civilizado. Um fogão muito bonito que eu não tenho. Mas esse aqui mesmo, se arrumar bem arrumadinho, eu estou satisfeita.

Para outros, a territorialidade da casa se confunde com a territorialidade do desejo do sujeito. Não há fronteiras nesse grande ninho, dentro do qual a totalidade simbólica se afirma pela posse, adquire a dimensão do universo, engloba tudo o que é possuído.

De tudo eu gosto. Ela é tudo. Tudo para mim.

Há, também, aqueles que não consideram nenhum aposento importante, pois nada existe para ser valorizado. Quando não há nada para se avaliar positivamente e não há intimidade, só permanece o desejo não satisfeito de privacidade e prazer, em que a casa adquire, a conotação do sujeito.

Para falar a verdade, nenhum lugar é muito importante para mim, porque quando chove, goteja em todo lugar. Nós “temos”, hoje lugar para dormir. Eu não tenho cama assim, um colchão confortável para dormir... não tem... e a casa sempre dorme com mais gente. Ai eu estava pensando no sofá, se tivesse um colchão bem (acentua o “bem”) gostoso, uma cama. Tudo coisinha de pobre, mas você sabe...

Quando na casa não há nada para se avaliar positivamente, o aposento mais importante da casa se torna no seu oposto, a rua, o trabalho, as atividades sociais, as emoções, algo indefinido que não se exprime, mas do qual o morador se afasta. A respondente se refere a coisas concretas que podem lhe faltar e que deixa pendente como um sentimento reprimido que a leva para longe de uma avaliação da casa. Ter uma casa nem sempre supre a carência que a pobreza proporciona. Estar feliz é a negação da negação à qual essa população está constantemente submetida, as quais,

no dizer de Lane (1994, p. 59), “irão constituir características próprias que identificam a personalidade”:

Não, eu não sei nem te responder agora. No meu ponto de vista de eu pensar e o que eu mais gosto na minha casa é quando eu estou feliz, com saúde, conseguir comprar as coisas que eu tenho que comprar, os livros dos meus filhos, participar das reuniões.

Há, porém, outra linha de avaliação da casa própria que, apesar de encontrar-se presente em maior ou menor grau em todas as respostas, mostra-se extremamente clara no discurso dessa moradora e diz respeito à racionalização, da qual o sujeito inconscientemente se vale para que não haja contradição entre a percepção da realidade e a própria realidade. Moscovici, utilizando a teoria da dissonância cognitiva, de Festinger, revela o homem como uma criatura racionalizante muito mais do que racional, quando se encontra frente a uma contradição que o coloca em situações conflitivas. “Cada vez que se eleva um conflito entre uma opinião e uma ação, o homem não se fia na razão para resolver o problema. Ele racionaliza para reduzir a tensão entre os dois e sair do estado desagradável” (MOSCOVICI, 1986, p. 39). A coerência do pensamento não é obtida por meio da elaboração lógica das idéias, mas pela introdução de elementos coletivos arbitrários ou ilusórios para eliminar a contradição, de maneira que se cumpra a regra social “contradições são proibidas” (MOSCOVICI, 1984, p. 947).

Assim, para evitar a contradição entre morar em uma casa desconfortável, sem intimidade nem privacidade, e desejar o conforto, o sujeito racionaliza, enfatizando o passado, uma natureza que se encontra bem longe da casa, a inocência perdida, a falta de ascensão social com a mudança do campo para a cidade e a felicidade que lhe advém do conteúdo da casa própria, os filhos. O objetivo é obter o máximo de satisfação e o mínimo de sofrimento.

Passo momentos agradáveis na minha casa. Estava acabando de falar para o meu amigo aqui. Eu fui para a roça de meu pai e vi os passarinhos cantando e me lembrei de tantas coisas. Quando a gente era nova, assim, moça,

que não pensava em nada, no que era riqueza, a gente trabalhava disposta. Ai, eu vejo os passarinhos cantando e lembro de tanta coisa que já passou na minha vida. Momentos bons, momentos ruins, que tudo quanto é tipo de sofrimento que já existiu nessa terra eu já passei, mas nunca desisti de viver, estou sempre de pé. Finjo que está tudo bem e estou subindo na minha vida, porque tenho meus filhos que é a coisa mais importante que Deus me deu nessa minha vida.

Não se trata, assim, de um morar tranqüilo e burguês, mas de um território sobre o qual o proprietário tem direitos. Em um mundo perigoso que constantemente ameaça o Eu, a casa é olhada como uma fortaleza protetora, um lugar onde os outros não se imiscuem. Cooper (1971, p. 16), fazendo menção a pesquisas com norte-americanos, salienta que, quanto mais pobre o indivíduo, mais a casa é uma fortaleza que defende o Eu. Assim, ela é mais do que intimidade e privacidade. É segurança de estar “dentro” do que é seu, protegido em sua propriedade. Nesse código, o outro é negado e a casa não é mais o ninho, mas a concha de carapaça dura que sugere a imagem do abrigo.

Eu senti mais segura de estar dentro do que é meu, me senti muito segura depois que eu estou dentro da minha casa. Quando a gente chega em casa, ninguém te perturba.

A casa própria é um símbolo de vida e de promessas para o futuro e da possibilidade de pensá-lo, de ter planos de continuidade para a família unida por laços de afeto, nos quais os filhos são um elemento fundamental. Perguntada sobre a possibilidade de vender sua casa, essa senhora nega enfaticamente. Há uma contradição no texto enunciado, pois se ela “enricasse”, a casa em Samambaia provavelmente não teria mais valor, mas há uma negação interna implícita sobre a possibilidade de melhorar suas condições de existência.

Por dinheiro nenhum! Minha casa! Acho que se um dia, dona, eu enricasse a qualquer momento, minha casa não tinha dinheiro. Minha casa ia ficar para os meus netos, mas dinheiro nenhum compraria ela, sem mentira nenhuma.

O conforto é uma qualidade da casa própria mencionada por 60% dos entrevistados. Mas, há um jogo entre confortável e desconfortável que se expressa na resignação frente aos fatos, antiga representação social incutida nos mais pobres, visível nessa fala:

É confortável. Falta algumas coisas, mas é assim mesmo.

No jogo entre o conforto e o desconforto, entre o “ter” e o “ser”, os primeiros se moldam psicologicamente aos segundos, para que o sujeito sinta que progrediu na escala social. Se, de um lado, se evita a contradição, de outro, levanta-se a questão da responsabilidade individual – outra representação própria da sociedade abrangente que o morador de Samambaia assumiu. Assim, o indivíduo se responsabiliza em assumir um conforto que não existe em um lugar que não aprecia.

Não, a casa não é confortável... ela não é uma casa do jeito que eu gostaria de ter, mas quem sabe? Mas eu gosto dela assim mesmo, do jeito que ela é. Isso depende de mim. Eu não gosto é do lugar. Mas, a minha casa, para quem não tinha nenhuma, ela é ótima.

Uma deidade diretamente atuante também pode ser responsabilizada pelo conforto, que de outra maneira estaria ausente. As palavras desse sujeito ajustam-se perfeitamente às características do discurso das camadas dominadas, inferiorizadas ou populares descritas por DA MATTA (1991, p. 54). Escreve ele que “seu ponto de vista é, pois, notavelmente ‘humilde’ e equilibrado, fundado numa fantástica naturalização das relações sociais que raramente são percebidas e faladas como históricas e arbitrárias, mas, ao contrário, como se fizessem parte de uma ordem cósmica, moral e dada por Deus.”

É confortável e foi uma coisa que Deus preparou para mim e eu agradeço muito a Ele.

A causa do desconforto é explicitada diretamente ou permanece no ar, como uma interjeição muda. É ao marido como individualidade que

é atribuída a casa e responsabilidade pela pouca renda que faz a casa própria desconfortável. No fundo das representações da casa própria encontra-se em curso outra representação, que atribui aos fatores individuais a causa do malogro ao penalizar o outro, o sujeito que deveria providenciar moradia melhor.

É confortável, assim, porque é minha. É assim... é onde eu me sinto bem, na minha casa. Gostaria dela maior, mais confortável, que é bom. Que tivesse um pouco mais de conforto, porque com a renda que meu marido ganha, coitado, é muito pouca. Ai...

A casa própria é também o lugar de uma satisfação muito específica, ligada ao exercício de pequenos poderes de quem, em outras situações, é sempre mandado.

Eu acho minha casa toda importante. Tudo ali eu mando, então eu acho que minha casa... eu fico satisfeita com todos os pontos dela.

O sujeito individualista reafirma sua individualidade na execução de um programa, que imagina como sendo inteiramente dele. Ele comprou a casa e a reformou para si, para a idéia que faz do conforto burguês, que a forma anterior da casa não satisfazia. Ele marca a diferença. O importante não é só “ter”, mas “ser”. Sua casa agora já não é igual às centenas de outras casas do conjunto habitacional periférico, afastou-se de qualquer similitude com elas.

Oh! Porque eu programei, eu fiz a casa para o meu conforto. Eu não simplesmente comprei a casa e deixei do jeito que estava. Ela não me satisfazia. Então fiz a casa para o meu conforto, da maneira que eu gosto.

Para o inquilino, a casa não deixa de ter satisfações. Como, porém, não é própria e não tem conforto, o agradável se desloca e objetiva-se nos conteúdos, aquilo que é permanente e acompanha o sujeito.

Passo momentos agradáveis. A gente sempre passa. A família está reunida, os filhos da gente, tudo. A gente está com saúde e os momentos agradáveis são esses, né?

Para quem não tem casa própria nem pode alugar, que vive em um barraco emprestado nos fundos de um lote da periferia, não existe aposento mais agradável, não há conforto, intimidade ou privacidade. Não há nem casa. É um morar desenraizado de alguém que ainda não se individualizou em um objeto.

Eu não posso responder, dar uma resposta concreta para a senhora porque eu não tenho casa. Eu moro nem é de aluguel, é emprestada. Um barraco pequeno, dividido em duas partes. Num, eu faço sala e cozinha e no outro, faço meu dormitório, certo? Então não posso dizer que eu tenho um lugar bom para mim. Quando eu estiver na minha casa, aí vou fazer meu quarto, minha cozinha, minha sala. Aí, eu vou dizer que eu gosto de tudo, quando eu tiver a minha casa!

Assim, a casa própria é o ninho, a carapaça, a proteção, o refúgio, nos quais estão conjugados conforto, intimidade, privacidade, uma avaliação global da casa e do lugar no qual está construída. Está conjugada, inclusive, a uma avaliação do próprio Eu, que apenas aceita ou programa suas condições de existência, busca uma saída para as contradições ou submerge nelas.

5. Como conclusão: sedução/desejo e as relações sociais

O sujeito-morador de Samambaia foi, assim, seduzido pelas idéias de conforto e de intimidade que a casa própria oferece. Para ele, possuir uma casa é também a possibilidade de aparecimento de uma vida interior, doméstica e cotidiana, que se desenvolve em cada um dos aposentos de acordo com as regras da sociedade mais ampla. Apesar disso, o desconforto e a promiscuidade fazem seu aparecimento nas muitas ressalvas do proprietário ao seu domínio. E ele vai se responsabilizando por seus afetos, invocando a ajuda de instâncias superiores, racionalizando o dentro por oposição ao que pode obter de fora, executa um programa para conformar-

se à visão burguesa do morar, quando percebe que os ideais que lhe foram inculcados estão muito longe daquilo que realmente alcançou ou poderá obter um dia. As palavras dessa respondente são claras ao expressar as contradições entre o modelo internalizado e o modelo que lhe coube na divisão social do espaço urbano.

Gostaria de muita coisa diferente. Gostaria de uma casa maior, melhor construída.

Na polissemia das falas dos sujeitos-moradores de Samambaia, verifica-se que a internalização dos valores dominantes formam a textura do pensamento, assim como o sentido e o significado da casa própria. Nas fraturas, contradições, descontinuidades e ambigüidades dos discursos emerge uma casa agradável, aconchegante, protetora, mesmo porque não há outra e porque o indivíduo deslocou os critérios de ordem geral das relações sociais mais amplas para uma relação direta com o objeto.

A historicidade do objeto “lar”, que estruturou a maneira adequada de morar, convencionalizou a casa própria e os afetos dos moradores de tal maneira que as contradições econômicas e sociais que produziram o habitar inadequado não são percebidas além da esfera do próprio sujeito e escapam a raiz social e política de seus problemas. A negação das contradições para fugir ao desconforto terminou por gerar o assujeitamento do indivíduo, em um processo histórico-psíquico que mantém e sustenta o sistema dominante, para que ele se mantenha o sujeito da enunciação.

CONFORTO, INTIMIDADE E PRIVACIDADE ENTRE OS POBRES DE BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL

Resumo: Os ideais burgueses de conforto, privacidade e intimidade atribuídos à casa própria adquirem extraordinária importância para que populações de baixa renda obtenham um território que proteja o Eu das adversidades do mundo exterior. É o que foi verificado em uma pesquisa realizada em uma cidade-satélite de Brasília, chamada Samambaia.

Internalizado esse núcleo de sentido, os mais pobres moradores da capital brasileira também consideram suas casas confortáveis e propícias

PELUSO, Marília Luíza. *As espacialidades do morar: conforto, intimidade e privacidade entre os pobres de Brasília/Distrito Federal*. Boletim Goiano de Geografia. 22 (1): 23-41. jan./jun. 2002.

para a vida privada, embora manifestem constantemente o desejo insatisfeito de algo melhor, como essa respondente que diz: “Gostaria muita coisa diferente. Gostaria de uma casa maior, melhor construída”.

Unitermos: Casa/População de Baixa Renda/Território/Núcleo de Sentido/Vida Privada.

COMFORT, INTIMACY AND PRIVACY AMONG THE POOR IN BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL

Abstract: Bourgeois ideals of comfort, privacy and intimacy in relation to the home have acquired considerable importance so that low income groups seek to obtain a territory that protects the «self» from the adversities of the outside world. This was confirmed in a research study conducted in one of Brasília’s satellite cities, Samambaia.

By internalising this core notion, the Capital’s poorest residents also consider their houses to be comfortable and adequate for private life. Nevertheless, they do indicate their unfulfilled desire to have something better, as this respondent states: “I would like to have lots of different things, a bigger and better built house”.

Key words: Home/Low Income Groups/Territory/Core Notion/Private Life.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 93-266. (Os Pensadores).

PELUSO, Marília Luíza. *As espacialidades do morar: conforto, intimidade e privacidade entre os pobres de Brasília/Distrito Federal*. Boletim Goiano de Geografia. 22 (1): 23-41. jan./jun. 2002.

BARTHES, Roland. *Novos ensaios críticos: O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1988.

CARPENTÉRIO, Marisa Varanda. *A construção de um sonho: Os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

COOPER, Claire. *The house as a symbol of self*. [S.l.:s.n.], Working Paper n. 20, May 1971, mimeo.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. *Ética, saúde e práticas alternativas*. Texto apresentado na 1.^a Conferência Mineira de Ética e Saúde, Belo Horizonte, 13 de maio de 1994.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.). *Psicología Social*. Paidós, 1985. p. 469-493.

LANE, Silvia T. Maurer. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE,

MAURER, S.T.; SAWAIA, B. B. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC/ Brasiliense, 1994. p. 55-66.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Eds.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge Press, 1984. p. 3-68.

_____. The myth of the lonely paradigm: a rejoinder. *Social Research*, 51:4, winter, 1984a, p. 939-967.

_____. L'ère des représentations sociales. In: DOISE, W. ; PALMONARI, A. (Eds.). *L'études des représentations sociales*. Neuchâtel-Paris: Delachaux & Niestle, 1986. p. 34-80.

PELUSO, Marília Luíza. *As espacialidades do morar: conforto, intimidade e privacidade entre os pobres de Brasília/Distrito Federal*. Boletim Goiano de Geografia. 22 (1): 23-41. jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, Marília L. P. *O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso – a Cidade Ocidental*. 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

RYBCZNSKI, Witold. *Casa*. Pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1980.

VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: VEYNE, P. et al. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 8-23.

Recebido em: 01.05.2002

Aceito em: 22.05.2002